

Transmissora Sul
Litorânea de
Energia S/A. - TSLE

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de
dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Notas explicativas às demonstrações Contábeis	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE
Florianópolis -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 das demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração do ativo Imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias

Veja a Nota 4g e 7 das demonstrações contábeis regulatórias

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui um contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e em 31 de dezembro de 2018 possui registrado em suas demonstrações contábeis regulatórias o montante de R\$818.025 referente ao seu ativo imobilizado. Esses ativos são mensurados ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação desses itens é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente, sendo que as taxas anuais de depreciação são determinadas pelo órgão regulador. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado operacional e conseqüentemente o patrimônio líquido, no contexto das demonstrações financeiras regulatórias como um todo, consideramos a mensuração do ativo imobilizado como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado. Adicionalmente, obtivemos as movimentações ocorridas no ativo imobilizado ao longo do exercício de 2018, e, confrontamos com os saldos contábeis. Também, efetuamos o recálculo da depreciação com base nas vidas úteis estimadas de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico ("MCPSE"), confrontando o resultado do referido recálculo com os saldos contábeis. Por fim, obtivemos a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes.</p> <p>Avaliamos ainda a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis regulatórias.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos a mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.</p>

Outros assuntos

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.- TSLE preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 23 de abril de 2019.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 30 de abril de 2018.

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000190/F-9



Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A – TSLE
 Balanços patrimoniais
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2018	2017	Passivo	Notas	2018	2017
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	25.017	6.723	Fornecedores	10	3.627	12.090
Concessionárias e permissionárias	6	14.128	11.069	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	55.275	41.838
Tributos Compensáveis	8	187	1.645	Obrigações sociais e trabalhista		98	109
Almoxarifado operacional		9.858	9.860	Tributos		2.298	1.712
Despesas pagas antecipadamente		167	61	Encargos setoriais	12	2.366	3.283
Outros Ativos Circulantes		3.127	861	Dividendos a pagar	13	16.666	2.715
		52.484	30.219	Provisões contratuais	10	3.275	16.981
				Outros passivos Circulante		180	71
						83.785	78.799
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	9	22.975	41.416	Empréstimos, financiamentos e debêntures	11	499.213	528.565
Tributos Compensáveis	8	-	3	Recursos destinados a aumento de capital		-	-
Despesas pagas antecipadamente		538	599			499.213	528.565
Imobilizado	7	818.025	842.454	Total do Passivo		582.998	607.364
Intangível	7	23.723	22.331				
		865.261	906.803	Patrimônio Líquido			
				Capital Social	13	379.861	379.861
				Prejuízos acumulados		(45.114)	(50.203)
				Total do Patrimônio Líquido		334.747	329.658
Total do Ativo		917.745	937.022	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		917.745	937.022

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A – TSLE
 Demonstrações dos resultados
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Operações em continuidade		127.696	113.107
Receita pela disponibilidade da rede elétrica		127.696	113.107
Tributos		(11.629)	(10.036)
PIS-PASEP		(2.074)	(1.790)
Cofins		(9.555)	(8.246)
Encargos - Parcela "A"		(5.429)	(5.171)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(935)	(1.040)
Reserva Global de Reversão - RGR		(4.084)	(3.737)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia		(410)	(394)
Receita líquida / Ingresso líquido	14	110.638	97.900
Custo operacional e manutenção	15	(25.586)	(38.985)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		85.052	58.915
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	16	(3.293)	(3.245)
Pessoal e administradores		(992)	(935)
Material		(20)	(21)
Serviços de terceiros		(2.073)	(2.132)
Depreciação		(108)	(105)
Outras despesas operacionais		(100)	(52)
Resultado da Atividade		81.759	55.670
Resultado Financeiro	17	(54.517)	(57.657)
Despesas financeiras		(57.842)	(64.259)
Receitas financeiras		3.325	6.602
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		27.242	(1.987)
Despesas com imposto sobre lucro		(5.487)	-
Resultado líquido do exercício		21.755	(1.987)

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A – TSLE
Demonstrações dos resultados abrangentes
Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado do exercício	21.755	(1.987)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>21.755</u>	<u>(1.987)</u>

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A – TSLE
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquidos
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		280.000	(45.501)	234.499
Aumento de capital		99.861	-	99.861
Resultado do exercício		-	(1.987)	(1.987)
Dividendos distribuídos		-	(2.715)	(2.715)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		379.861	(50.203)	329.658
Dividendos adicionais AGO 27/04/2018	13	-	(8.143)	(8.143)
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	(8.523)	(8.523)
Resultado do exercício		-	21.755	21.755
Saldos em 31 de dezembro de 2018		379.861	(45.114)	334.747

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A – TSLE
 Demonstrações dos fluxos de caixa
 Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017
 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	21.755	(1.987)
Depreciação	16.831	27.961
Encargos Financeiros	58.069	51.861
	96.655	77.835
Redução (aumento) nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(3.059)	1.173
Impostos a recuperar	1.461	(609)
Despesas antecipadas	(45)	62
Estoques	-	(1.426)
Outros	(2.265)	(109)
	(3.908)	(909)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores e empreiteiros	(22.169)	(20.556)
Impostos e contribuições	586	125
Encargos Setoriais	(917)	338
Folha de Pagamento	(11)	26
Outros	110	(320)
Encargos Financeiros pagos	(22.401)	(20.387)
Caixa proveniente das (usados nas) atividades operacionais	70.346	56.539
Encargos financeiros pagos	(39.269)	(46.743)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	31.077	9.796
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(29.992)	(25.399)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(29.992)	(25.399)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Devolução adiantamento para futuro aumento de capital	-	(71.500)
Aquisição de empréstimos	-	1.860
Amortização de empréstimos	(25.356)	(24.526)
Cauções e depósitos vinculados	18.441	(23.202)
Pagamento Dividendos obrigatórios	(2.715)	-
Pagamento dos custos de captação	-	(14.906)
Amortização de debêntures	(9.749)	(3.920)
Captação de debentures		151.282
Caixa prometentes de atividades de financiamento	(19.379)	15.088
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(18.294)	(515)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.723	6.208
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	25.017	6.723
	(18.294)	(515)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. (a "Companhia"), constituída em 10 de julho de 2012, com sede em Florianópolis no Estado de Santa Catarina, tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelos empreendimentos mencionados na Nota 2. As instalações incluem os serviços de apoio e administrativos, os equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão no 020/2012, na legislação e regulamentos aplicáveis.

Os recursos necessários para a construção da linha de transmissão foram obtidos, através de uma estrutura de "Project Finance", envolvendo aporte de capital e captação nos mercados financeiros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 31.301 (R\$ 48.580 em 2017), principalmente devido ao registro no passivo circulante de provisões contratuais oriundas da conclusão da construção dos ativos de concessão.

Para cobrir os gastos de curto prazo, a Companhia recebe o apoio financeiro dos acionistas por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando necessário.

2 Concessões

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 020/2012 - ANEEL, datado de 27 de agosto de 2012, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; CS, 281 km;
- LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; CS, 154 km; sendo os 15 km dentro da Estação Ecológica do Taim em CD;
- LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar; CS, 52 km;
- SE Nova Santa Rita 525 kV;
- SE Povo Novo 525/230 kV - 672 MVA;
- SE Marmeleiro 525 kV, com compensador síncrono de +- 200MVAr;
- SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV - 75MVA;

- Em 19/11/2014, foi emitida pela ANEEL a Resolução Autorizativa de nº 4.916, autorizando a TSLE a implantar reforços nas instalações de transmissão, especificamente na SE Povo Novo. A RAP anual para este projeto é de R\$5.239 e o prazo para entrada em operação comercial é de 24 meses. Iniciou-se as operações comerciais destas instalações em janeiro de 2018.

3 Base de preparação e apresentação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Normativa N 605, de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As Presentes demonstrações foram aprovadas pela Diretoria Executiva da Companhia em 30 de abril de 2019

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

b. Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

4 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia, transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela companhia nos ativos financeiros são reconhecidos com um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As Companhias têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreende “Caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber” e “ativos financeiros de concessão”.

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os Custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensuração pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluído ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do

exercício. Os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado que a companhia possui são “fundos vinculados”.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Contas a receber - concessionárias e permissionárias

Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescidas das variações monetárias, quando contratadas.

c. Taxas regulamentares

Trata-se de encargos do setor elétrico brasileiro, pagos mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, exceto os projetos de pesquisa e desenvolvimento, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica.

d. Receitas

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

e. Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base na receita presumida do período (“Lucro presumido”)

f. Ativos e passivos financeiro setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura,

equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O ativo e passivo financeiro setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

g. Imobilizado

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5 Caixa e equivalência de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixas e depósitos bancários à vista	40	7
Aplicações financeiras	24.977	6.716
	25.017	6.723

As Aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e consistem em investimentos de baixo risco, possuindo liquidez diária e com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), cujos rendimentos são de 100% do CDI.

6 Concessionários e permissionários

Referem-se a valores a receber de concessionárias e permissionárias relativas ao serviço de transmissão de energia elétrica e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas-correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ou diretamente pela Companhia. Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa.

DESCRICAÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES						Provisão o p/ Devedores Duvidosos	31/12/2018	31/12/2017	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA			31/12/2018				31/12/2017
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias					
Encargos de Uso da Rede Elétrica	14.128	-	-	-	-	-	14.128	11.069		
TOTAL	14.128	-	-	-	-	-	14.128	11.069		

7 Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado

	2018			2017	
	Taxas Anuais medias de depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação e amortização acumuladas	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	-	-	-	-	-
Custo histórico	1,62%	908.176	(92.510)	815.666	807.267
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
Administração	20,00%	2.472	(269)	2.203	2.310
Custo histórico	-	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-	-
	-	910.648	(92.779)	817.869	809.577
Em curso					
Transmissão	-	156	-	156	32.877
Administração	-	-	-	-	-
	-	156	-	156	32.877
Total	-	910.804	(92.779)	818.025	842.454

	2018			2017
	Máquinas Equipamentos	Outros gastos	Total	Total
Em Curso				
Terrenos	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	6	-	6	32.877
Móveis e utensílios	-	-	-	-
A ratear	-	150	150	-
Desenvolvimento de projetos	-	-	-	-
Transformação, fabricação e reparo de	-	-	-	-
Materiais	-	-	-	-
Material em depósito	-	-	-	-
Compras em andamento	-	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Total do imobilizado em curso	6	150	156	32.877

A seguir a movimentação do imobilizado:

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	31/12/2017	Adições(A)	Baixas(B)	Transfe-rências(C)	Reava-liação	31/12/2018	Adições Líquidas=(A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Transmissão	883.055	-	-	25.121	-	908.176	25.121	(92.510)	815.666	807.267
Terrenos	1.314	-	-	-	-	1.314	-	-	1.314	1.314
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	36.679	-	-	15.709	-	52.388	15.709	(5.091)	47.297	33.207
Máquinas e Equipamentos	845.004	-	-	9.412	-	854.416	9.412	(87.406)	767.010	772.698
Móveis e Utensílios	58	-	-	-	-	58	-	(13)	45	48
Administração	2.470	2	-	-	-	2.472	2	(269)	2.203	2.310
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.387	-	-	-	-	2.387	-	(239)	2.148	2.244
Máquinas e Equipamentos	67	2	-	-	-	69	2	(25)	44	54
Móveis e Utensílios	16	-	-	-	-	16	-	(5)	11	12
Subtotal	885.525	2	-	25.121	-	910.648	25.123	(92.779)	817.869	809.577
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	31/12/2017	Adições(A)	Baixas(B)	Transfe-rências(C)	Reava-liação	31/12/2018	Adições Líquidas=(A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Transmissão	32.877	28.580	(36.180)	(25.121)	-	156	39.639	-	156	32.877
Máquinas e Equipamentos	32.877	28.365	(36.115)	(25.121)	-	6	39.359	-	6	32.877
A ratear	-	215	(65)	-	-	150	280	-	150	-
Subtotal	32.877	28.580	(36.180)	(25.121)	-	156	39.639	-	156	32.877
Total do Ativo Imobilizado	918.402	28.582	(36.180)	-	-	910.804	64.762	(92.779)	818.025	842.454

b) Intangível

Intangível - R\$ Mil	31/12/2017	Adições(A)	baixas(b)	Reava- liação	31/12/2018	Adições Líquidas=(A)-(B)+(C)	Amorti- zação Acum.	31/12/2018	31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	20.733	-	-	-	20.733	-	-	20.733	20.733
Servidões	20.733	-	-	-	20.733	-	-	20.733	20.733
Subtotal	20.733	-	-	-	20.733	-	-	20.733	20.733
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	1.598	1.408	-	-	2.990	27	-	2.990	1.420
Servidões	1.268	12	-	-	1.280	12	-	1.280	1.268
Outros	66	-	-	-	66	-	-	66	66
Adiantamento a Fornecedor	86	31	-	(16)	101	15	-	101	86
depósitos judiciais	178	1.365	-	-	1.543	1.365	-	1.543	178
Subtotal	1.598	1.408	-	-	2.990	27	-	2.990	1.420
Total do Ativo Intangível	22.331	1.408	-	-	23.723	27	-	23.723	22.153

8 Tributos compensáveis:

	31/12/2018	31/12/2017
IRRF sobre aplicações financeiras	187	1172
Retenções s/faturamento	0	473
Outros	0	3
	187	1.648
Circulante	187	1.645
Não circulante	-	3

9 Cauções e depósitos vinculados

Em 31 de Dezembro de 2018 a Companhia possui o valor de R\$ 22.975 (R\$ 41.416 em 31 de dezembro 2017) referente a aplicações em Fundos de Investimento do Bradesco S.A. (FIC FI REF DI Federal), com carteira formada por títulos de renda fixa públicos federais e rentabilidade atrelada à variação do CDI.

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações dos contratos de empréstimos e financiamentos junto ao BNDES.

10 Fornecedores e empreiteiros

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	2.940	9.985
Serviços	687	2.105
Provisões contratuais	3.275	16.981
	6.902	29.071
Fornecedores e empreiteiros	3.627	12.090
Provisões contratuais	3.275	16.981

O saldo de fornecedores é relativo ao fornecimento de serviços, produtos e equipamentos usados na construção das linhas de transmissão. Os valores são reconhecidos quando ocorrem as respectivas medições e aceites de cada fase da obra, obedecendo ao cronograma físico/econômico, determinado em contrato com o empreiteiro. As medições/aceites são os instrumentos usados para reconhecer a obrigação e o respectivo ativo. Esses valores permanecem nessa conta até que os respectivos documentos fiscais sejam recebidos e os pagamentos sejam autorizados e realizados.

11 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	40.758	39.124
Debentures (b)	14.517	2.714
Total circulante	55.275	41.838
Empréstimos e financiamentos BNDES (a)	373.614	397.759
Debentures (b)	125.599	130.806
Total não circulante	499.213	528.565

a. BNDES

Subcrédito	A	B
Valor total do crédito (R\$)	420.180.307	71.677.817
Sistema de Amortização	165 parcelas	165 parcelas
Taxa de juros final	TJLP + 2,28% a.a.	TJLP +1,88% a.a.
Data da 1º amortização	15 de junho de 2015	

A Companhia utiliza recursos de empréstimos e financiamentos para financiar a implantação de seus empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui contabilizados os montantes de R\$40.758 e R\$373.614 no passivo circulante e não circulante, respectivamente, referente ao financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Convenants e garantias

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia, cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de transmissão exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até o final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três meses de serviço da totalidade da dívida da concessionária, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes. Os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2018;

- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato;
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

Saldo em 31/12/2017	436.883
Pagamento de Juros	(33.713)
Pagamento de Principal	(25.367)
Encargos Incorridos	36.569
Saldo em 31/12/2018	414.372

b. Debêntures

Data de emissão	Data da liberação	Data Vencimento	Quantidade de títulos	Valor unitário	Encargos financeiros	Amortização
15/12/2016	12/01/2017	15/12/2030	150.000	1.000	IPCA + 7,5651% a.a.	Semestral

A Companhia possui registrado no passivo circulante o montante de R\$14.517. No passivo não circulante possui registrado o montante de R\$373.614.

A Companhia constituiu a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em serie única, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM 476, de 16 de janeiro e 2009 e das demais disposições legais e regulamentares.

As debêntures são escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados pelo agente Fiduciário Pentágono S.A.

Os recursos captados serão integralmente destinados as obras Nova Santa Rita - Povo Novo - Marmeleiro - Santa Vitoria, em 525 KV, e das subestações do Povo Novo, Marmeleiro e Santa Vitoria do Palmar, e aquisição de maquinas e equipamentos.

Convenants e garantias

Como garantia à primeira emissão das debêntures, os acionistas darão, em caráter irrevogável, penhor de ações em favor do agente Fiduciário, caução de direitos creditórios decorrentes da receita de prestação de serviços de transmissão e direito de receber valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo poder concedente à companhia, nos termos do contrato de concessão. A companhia manterá os direitos creditórios de contas vinculadas, conta centralizadora, conta reserva do BNDES, conta de pagamento das debentures e conta reserva das debentures.

O referido contrato possui cláusulas restritivas, como segue:

- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, a partir das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2017. Será caracterizado como vencimento antecipado nos casos de não atingimento por 3 (três) anos seguidos ou 4 (quatro) anos intercalares. Os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2018;
- Constituir conta Reserva das Debêntures, que deverá conter a todo momento saldo mínimo equivalente ao somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios;
- Constituir conta de Pagamento de Debêntures, que deverá ser preenchida ao longo do período dos 6 (seis) meses anteriores a cada Data de Pagamento de Juros Remuneratórios ou Data de Amortização, com parcelas mensais equivalentes a 1/6 (um sexto) do somatório da parcela vincenda da Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e dos Juros Remuneratórios imediatamente subsequente de forma que a Conta de Pagamento das Debêntures esteja integralmente preenchida no dia imediatamente anterior à data do vencimento de cada prestação da parcela do valor de Juros Remuneratórios e/ou Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado.

Saldo em 31/12/2017	133.520
Pagamento de Juros	(11.326)
Pagamento de Principal	(3.967)
Encargos Incorridos	20.824
Custo de captação apropriado	1.065
Saldo em 31/12/2018	140.116

12 Taxas regulamentares

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva global de reversão (RGR)	1.785	1.835
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	175	1.045
Taxa de fiscalização - ANEEL	406	402
	2.366	3.283

Refere-se a encargos do setor elétrico brasileiro pagos pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica.

- **Reserva Global de Reversão - RGR** - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor

anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- **Pesquisa e Desenvolvimento - P&D** - A Lei nº. 9.991, de 24/07/2000, determina que as empresas transmissoras do setor elétrico apliquem, anualmente, o montante mínimo de 1% da sua Receita Operacional Líquida - ROL, em programas de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo, 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; 40% (quarenta por cento) dos recursos devem ser destinados à execução de projetos de P&D regulados pela ANEEL e 20% (vinte por cento) dos recursos devem ser recolhidos ao Ministério de Minas e Energia - MME.
- **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)** - Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são equivalentes a 0,4% da RAP.

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital autorizado é de R\$ 450.000 (idem em 31 de dezembro de 2017), e o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 379.861 (idem em 31 de dezembro de 2017), o qual é representado por 379.861.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia é a seguinte:

	<u>31/12/2018 e 31/12/2017</u>		
	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Acionistas			
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	193.729.000	51	193.729
Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE/GT	186.132.000	49	186.132
	<u>379.861.000</u>	<u>100</u>	<u>379.861</u>

b. Dividendos

Aos acionistas será assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da lei das Sociedades por ações.

O saldo dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2018 é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios do excedente de 2018, conforme apresentado a seguir:

Cálculo dos dividendos	31/12/2018
(+) Lucro Líquido do Exercício 2018	<u>35.886</u>
(-) Reserva Legal	1.794
Base para dividendos	<u>34.092</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u><u>8.523</u></u>

Movimentação dividendos a pagar durante o exercício de 2018:

	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.715</u>
Distribuição de reservas de lucros (i)	8.143
Pagamento dividendos mínimos obrigatórios	(2.715)
Dividendos mínimos propostos de 2018	<u>8.523</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u><u>16.666</u></u>

- (i) Em Assembleia Geral Ordinária datada de 27 de abril de 2018, deliberou-se pela destinação da reserva de lucros das demonstrações financeiras societárias para dividendos a pagar no montante de R\$8.143 após a autorização do BNDES e debenturistas e de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

14 Receita operacional líquida

A conciliação entre receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC - Receitas é apresentada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita pela disponibilidade da rede	127.696	113.105
Deduções da receita bruta	<u>(17.058)</u>	<u>(15.207)</u>
Receita Operacional Bruta	<u>110.638</u>	<u>97.900</u>

15 Custos de operação

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais	(13)	-
Serviços de terceiros	(6.641)	(10.821)
Associação ONS	(50)	(46)
Seguros	(189)	(263)
Depreciação	(16.723)	(27.855)
Indisponibilidade de equipamento	<u>(1.970)</u>	<u>-</u>
	<u>(25.586)</u>	<u>(38.985)</u>

16 Despesas administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Honorários	(992)	(935)
Serviços de terceiros	(2.073)	(2.132)
Materiais	(20)	(21)
Depreciação	(108)	(105)
Outros	<u>(100)</u>	<u>(52)</u>
	<u>(3.293)</u>	<u>(3.245)</u>

17 Resultado financeiro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Receita com aplicações financeiras	3.036	6.376
Outros	<u>289</u>	<u>226</u>
	<u>3.325</u>	<u>6.602</u>
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos e financiamentos BNDES	(36.569)	(63.715)
Encargos financeiros	(109)	-
Variação monetária	(8)	-
Juros de empréstimos e financiamentos debentures	(20.824)	-
Juros de mora	(53)	-
Outros	<u>(279)</u>	<u>(544)</u>
	<u>(57.842)</u>	<u>(64.259)</u>
 Resultado financeiro líquido	 <u>(54.517)</u>	 <u>(57.657)</u>

18 Saldos e transações com partes relacionadas

a. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a diretoria executiva, durante o período findo em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 992 (R\$ 935 em 31 de dezembro de 2017).

b. Transações e saldos

A acionista Eletrosul Centrais Elétricas S/A, parte relacionada, possui os seguintes contratos com a TSLE:

- (i) Contrato de Prestação de Serviços de O & M: Valor de R\$ 66 mensais. Com vigência de 4 anos a partir da entrada em operação comercial.
- (ii) Contrato de Compartilhamento de Instalações - SE NOVA SANTA RITA 525 Kv: Valor de R\$ 1.059 a título de ressarcimento de custos de análise de projetos, atualização de estudos, fornecimento de documentos técnicos, fiscalização da obra, acompanhamento da obra e comissionamento das instalações. E ainda, a quantia de R\$ 2, a título de ressarcimento de custos de manutenção e conservação.

19 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possui contra si litígio tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis ou possíveis de perda, que necessitassem contabilização ou divulgação nas demonstrações financeiras.

20 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em aplicações financeiras.

Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	6.723
Cauções e depósitos vinculados	22.973	41.416
	47.990	47.689
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores e empreiteiros	(3.627)	(12.090)
Debêntures	(140.116)	(133.520)
Empréstimos e financiamentos	(414.372)	(436.883)
	(558.115)	(582.493)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão próximos de seus valores justos.

b. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

(i) Operações ativas

As operações da Companhia são indexadas a taxas prefixadas, sendo as taxas pós-fixadas por CDI. A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia.

(ii) Operações passivas

A Companhia está sujeita ao risco de juros nos empréstimos pós-fixados indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). Em 31 de Dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 414.371 como sua dívida total indexada em TJLP. Dessa forma, eventual valorização desse indexador poderá impactar negativamente o resultado da Companhia.

A companhia para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre seus instrumentos financeiros com taxas de juros pós-fixadas.

Análise de sensibilidade taxa de juros			Redução despesa financeira - 12 meses			Aumento despesa financeira - 12 meses	
			Cenário I (-50%)		Cenário Provável	Cenário II (+50%)	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)		Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Índices Risco	Saldo	Exposição					
Ativo							
Aplicações financeiras	24.977	CDI 6,40%	799	1.199	1.599	1.998	2.298
Cauções e depósitos vinculados	22.973	CDI 6,40%	735	1.103	1.470	1.838	2.205
Passivo							
Empréstimos e Financiamentos	414.372	TJLP 6,98%	14.462	21.692	28.893	36.154	43.385
Debêntures	140.116	IPCA 4,18%	2.928	4.393	5.857	7.321	8.785

c. Gestão de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

21 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário:

Para fins estatutários, a outorgada seguiu a regulamentação societária para contabilização e elaboração das demonstrações Contábeis societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinado pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferença entre as práticas societárias e regulatórias, fez-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societária:

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018			2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Ativo						
Ativo Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	25.017	-	25.017	6.723	-	6.723
Concessionárias e permissionárias	14.128	-	14.128	11.069	-	11.069
Tributos Compensáveis	187	-	187	1.645	-	1.645
Almoxarifado Operacional	9.858	-	9.858	9.860	-	9.860
Despesas Pagas Antecipadamente	167	-	167	61	-	61
Ativo Contratual	-	65.048	65.048	-	-	-
Ativo Financeiro - Amortizável Rap	-	-	-	-	97.704	97.704
Outros	3.127	-	3.127	861	-	861
	52.484	65.048	117.532	30.219	97.704	127.923
Ativo não circulante						
Ativo contratual		892.105	892.105	-	-	-
Aplicações Financeiras	22.975	(2)	22.973	41.416	-	41.416
Tributos Compensáveis	-	-	-	3	-	3
Tributos Diferidos	-	-	0	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	538	-	538	599	-	599
Ativo financeiro	-	-	0	-	846.658	846.658
Imobilizado	818.025	(815.822)	2.203	842.454	(840.145)	2.309
Intangível	23.723	(23.723)	0	22.331	(22.331)	-
	865.261	52.558	917.819	906.803	-15.818	890.985
Total do Ativo	917.745	117.606	1.035.351	937.022	81.886	1.018.908

Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

	2018			2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Passivo						
Passivo Circulante						
Fornecedores	3.627	-	3.627	12.090	-	12.090
Empréstimos, Financiamentos	55.275	-	55.275	41.838	-	41.838
Obrigações sociais e trabalhista	98	-	98	109	-	109
Tributos	2.298	-	2.298	1.712	-	1.712
Encargos Setoriais	2.366	-	2.366	3.283	-	3.283
Provisões contratuais	3.275	-	3.275	16.981	-	16.981
Dividendos a pagar	16.666	-	16.666	2.715	-	2.715
Outros passivos Circulante	180	-	180	71	-	71
	83.785	-	83.785	78.799	-	78.799
Passivos de operações descontinuadas						
Passivo não circulante						
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	499.213	-	499.213	528.565	-	528.565
Impostos Diferidos	-	21.038	21.038	-	22.968	22.968
	499.213	21.038	520.251	528.565	22.968	551.533
Total do Passivo	582.998	21.038	604.484	607.364	22.968	630.332
Patrimônio Líquido						
Capital Social	379.861	-	379.861	379.861	-	379.861
Reserva de Capital	-	2.366	2.366	-	-	-
Reserva de lucro	-	49.088	49.088	-	8.715	8.715
Lucros ou Prejuízos acumulados	(45.114)	45.114	-	(50.203)	50.203	0
Total do Patrimônio Líquido	334.747	96.568	431.315	329.658	58.918	388.576
Total do Passivo e Patrimônio líquido	917.745	117.606	1.035.351	937.022	81.886	1.018.908

Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE
Demonstrações Contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Nota	2018			2017		
	Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade	127.696	(10.710)	116.986	113.107	17.958	131.065
Receita / Ingresso						
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	127.696	(127.696)		113.107	(113.107)	-
Receita de O & M	-	63.084	63.084	-	13.394	13.394
Receita com ativo Financeiro	-	-	-	-	92.686	92.686
Receita com ativo contratual	-	42.768	42.768	-	-	-
Receita de Construção	-	11.134	11.134	-	24.985	24.985
Tributos	(11.629)	-	(11.629)	(10.036)	-	(10.036)
PIS-PASEP	(2.074)	-	(2.074)	(1.790)	-	(1.790)
Cofins	(9.555)	-	(9.555)	(8.246)	-	(8.246)
Encargos - Parcela "A"	(5.429)	-	(5.429)	(5.171)	-	(5.171)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(935)	-	(935)	(1.040)	-	(1.040)
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.084)	-	(4.084)	(3.737)	-	(3.737)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia	(410)	-	(410)	(394)	-	(394)
Receita líquida / Ingresso líquido	110.638	(10.710)	99.928	97.900	17.958	115.858
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(25.586)	9.948	(15.638)	(38.985)	2.870	(36.115)
Custo operacional e manutenção	(25.586)	16.722	(8.864)	(38.985)	27.855	(11.130)
Custo de Construção	-	(6.774)	(6.774)	-	(24.985)	(24.985)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	85.052	(762)	84.290	58.915	20.828	79.743
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(3.293)	-	(3.293)	(3.245)	-	(3.245)
Pessoal e administradores	(992)	-	(992)	(935)	-	(935)
Material	(20)	-	(20)	(21)	-	(21)
Serviços de terceiros	(2.073)	-	(2.073)	(2.132)	-	(2.132)
Tributos	(108)	-	(108)	(105)	-	(105)
Outras Despesas Operacionais	(100)	-	(100)	(52)	-	(52)
Resultado da Atividade	81.759	(762)	80.997	55.670	20.828	76.498
Resultado Financeiro	(54.517)	-	(54.517)	(57.657)	(395)	(58.052)
Despesas financeiras	(57.842)	-	(57.842)	(64.259)	(395)	(64.654)
Receitas financeiras	3.325	-	3.325	6.602	-	6.602
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	27.242	(762)	26.480	(1.987)	20.433	18.446
Despesa com impostos sobre os lucros	(5.487)	14.893	9.406		(2.074)	(2.074)
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício	21.755	14.131	35.886	(1.987)	18.359	16.372

20.1 Efeito de contabilidade de contratos de concessão:

20.1.1 Ativo contratual de concessão:

Conforme previsto no contrato de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço. A concessionária implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) e é remunerada por essa disponibilidade durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere à concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato.

A concessionária tem direito de operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão, até 31 de dezembro de 2017 devia registrar e mensurar a receita dos serviços que prestação de acordo com o IPC 01 (R1) e OCPC 05, a partir de 1º de janeiro de 2018 passou a adotar o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Dessa forma, ajustes ocorrem, pois, na contabilidade societária, os ativos relativos aos contratos de concessão de transmissão, seguindo os critérios do CPC 47, são classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo, nas rubricas ativo contratual (ativo financeiro até 31 de dezembro de 2017), e não no imobilizado, como ocorre na contabilidade regulatória. Isso se dá porque os contratos de concessão de transmissão geram, desde a fase de construção, direitos de recebimentos, incondicionais ou condicionais, não necessitando aguardar a entrada em operação. Na contabilidade societária, os direitos de recebimentos originados da atividade de transmissão, que não sejam incondicionais, são classificados como ativo de contrato, já os direitos de recebimentos incondicionais são classificados como ativo financeiro.

Na contabilidade regulatória, as práticas mencionadas não são aceitas.

20.1.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 Receita de Contrato com Cliente foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

20.1.3 Depreciação

Como não existe a figura do Imobilizado na contabilidade societária, a depreciação também não deve ser registrada. Desta forma é feito um estorno para fins societários.

20.2.4 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Saldo societário	430.867	388.576
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade Societária versus regulatória		
Atualização do Ativo Contratual CPC 47 (a)	117.606	-
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão ICPC 01 (a)	-	(81.886)
Tributos sobre diferença de práticas contábeis	21.038	22.968
Saldo regulatório	<u>351.413</u>	<u>329.658</u>

(a) Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Não aceito para fins regulatórios.

20.2.5 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório:

	2018	2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	35.886	16.372
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade Societária versus regulatória		
Atualização do Ativo Contratual da Concessão CPC 47 (a)	(762)	-
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão ICPC 01 (a)	-	20.828
Tributos sobre diferença de práticas contábeis	14.893	2.469
Lucro (prejuízo) líquido regulatório:	<u>21.755</u>	<u>(1.987)</u>

(a) Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01) - Não aceito para fins regulatórios.